



ACÓRDÃO Nº 406/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11859/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Escola de Serviço Público Municipal e Inclusão Socioeducacional – ESPI
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Maria Stela Brito Cyrino (Ordenador de Despesa), Fabiana Lucena Oliveira (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 796/2019-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Escola de Serviço Público Municipal e Inclusão Socioeducacional - ESPI. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Recomendação. Quitação. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas da **Sra. Fabiana Lucena Oliveira** (período de 11/01/2017 a 01/06/2017) e da **Sra. Maria Stela Brito Cyrino** (período de 01/06/2017 a 31/12/2017), responsáveis pela Escola de Serviço Público Municipal e Inclusão Socioeducacional, exercício 2017, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, e art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/02-TCE/AM);

10.2. Recomendar à Escola de Serviço Público Municipal e Inclusão Socioeducacional - ESPI, que sejam observados e cumpridos os dispositivos das Leis nº 4.320/64 e nº 8.666/93, a fim de evitar a



ACÓRDÃO Nº 406/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

reincidência, o que poderá ensejar na irregularidade de Prestações de Contas futuras, nos termos do art. 22, §1º, da Lei Orgânica do TCE/AM;

10.3. Dar quitação à Sra. Fabiana Lucena Oliveira e à Sra. Maria Stela Brito Cyrino, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.4. Determinar à SEPLENO o arquivamento dos autos, após o cumprimento das formalidades legais.

11- Ata: 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 21 de Maio de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral